



Vigilância Sanitária em Debate:  
Sociedade, Ciência & Tecnologia

E-ISSN: 2317-269X

visaemdebate@incqs.fiocruz.br

Instituto Nacional de Controle e  
Qualidade em Saúde  
Brasil

Oliveira Benevides Sanches Leal, Cristian; Fontes Teixeira, Carmen  
Redes solidárias em vigilância sanitária: a rede de gerenciamento da comida de rua em  
Salvador, BA – Brasil

Vigilância Sanitária em Debate: Sociedade, Ciência & Tecnologia, vol. 3, núm. 4,  
noviembre, 2015, pp. 20-29

Instituto Nacional de Controle e Qualidade em Saúde

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=570561428008>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

# Redes solidárias em vigilância sanitária: a rede de gerenciamento da comida de rua em Salvador, BA - Brasil

## Network solidarity in health surveillance: a management network for street food in Salvador, BA - Brazil

Cristian Oliveira Benevides  
Sanches Leal<sup>I,\*</sup>

Carmen Fontes Teixeira<sup>II</sup>

### RESUMO

O objetivo desse trabalho é analisar os limites e possibilidades do arranjo em rede como alternativa para o gerenciamento do risco relacionado à comida de rua. Discute-se a pertinência da organização de redes solidárias em vigilância sanitária (Visa), com base em um estudo de caso da Rede de gerenciamento da comida de rua, em Salvador/BA, entre 2008 a 2011. A metodologia incluiu entrevistas semi-estruturadas com membros da rede e utilização de imagens que revelam aspectos da situação da comida de rua em Salvador como estímulo à identificação dos problemas enfrentados no cotidiano. Os resultados contemplam a descrição da percepção de agentes envolvidos na organização e funcionamento da rede e as dificuldades enfrentadas para sua manutenção e consolidação. Conclui-se que o arranjo em rede é uma alternativa responsável e solidária para gerenciar riscos inerentes à comida de rua e sugere-se a realização de outros estudos dessa forma de organização das ações de Visa.

**PALAVRAS-CHAVE:** Planejamento e Gestão em Saúde; Redes de Solidariedade; Comida de Rua; Vigilância Sanitária; Gerenciamento do Risco Sanitário

### ABSTRACT

This study aims to analyze the limits and possibilities of network array as an alternative to the management of risks related to street food. It discusses the relevance of solidarity network organization in Health Surveillance based in a case study of the Street food management network in Salvador/BA between 2008 and 2011. The methodology include semi structured interviews with the network members and the utilization of images that reveal aspects of street food situation in Salvador as an stimulus to detect problems on a daily basis. The results include the descriptions of the agents' perception who are involved in the network's organization and operation and the difficulties in its maintenance and consolidation. The study concludes that the network array is a responsible and solidary way to manage the inherent risks of street food and suggests other studies on Health Surveillance practices management to be conducted.

**KEYWORDS:** Health Services Management and Planning; Solidarity Networks; Street Food; Health Surveillance; Sanitary Risk Management

<sup>I</sup> Diretoria de Vigilância Sanitária e Ambiental da Bahia (DIVISA/SESAB), Salvador, BA, Brasil

<sup>II</sup> Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia (ISC/UFBA), Salvador, BA, Brasil

\* E-mail: cris.sanchesleal@gmail.com



## INTRODUÇÃO

Em artigo anterior, analisamos a situação da comida de rua em Salvador, Bahia, Brasil<sup>1</sup>, em aspectos relacionados aos alimentos, ao ambiente onde são comercializados e ao trabalhador, explicitando os riscos à saúde dos consumidores relacionados às características dessas três categorias de análise. Neste artigo, analisamos os limites e possibilidades do gerenciamento deste segmento, tomando como referência a experiência de construção de uma rede de atores e instituições envolvidas com a produção, comercialização e fiscalização da comida de rua em Salvador/Bahia, iniciativa desencadeada pela vigilância sanitária local, entre os anos de 2008 a 2011<sup>2</sup>. Inicialmente apresentamos uma breve revisão de literatura sobre redes organizacionais, em seguida, relatamos o surgimento da Rede de gerenciamento da comida de rua de Salvador e, por fim, expomos os resultados da análise da percepção dos atores da rede sobre este segmento e sobre esta iniciativa.

O termo rede é polissêmico, havendo uma diversidade muito grande de definições, a depender do campo em que se insere o estudo, incluindo desde a noção de Redes Complexas, estudadas a partir da Teoria da Complexidade, representadas através da modelagem computacional pelos aportes da Teoria dos Grafos, até o estudo de Redes Sociais, que podem se referir tanto às redes de comunidades virtuais da Internet - a exemplo do Twitter e do Facebook - quanto às redes de comunidades socioambientais, ou as de assistência. Estas últimas se formam a partir da criação de laços de solidariedades tendo em vista a atuação sobre problemas sociais. São estudadas na área da saúde para a resolução de problemas relacionados ao processo saúde/doença/cuidado e suas representações sociais, com aportes teóricos das Ciências Sociais, em especial<sup>3,4,5</sup>.

Souza<sup>6</sup> sistematiza algumas definições dadas por autores que estudam redes empresariais, tais como: “entrelaçamento de fios que formam uma espécie de tecido, os fios representando relações entre os atores e as organizações”; “método organizacional de atividade econômica que utiliza a coordenação e/ou cooperação interfirmas ou clusters”; “concentrações geográficas de empresas e instituições interconectadas em um campo particular e que são capazes de gerar eficiências coletivas”; “cooperação” e “alianças estratégicas em busca de objetivos comuns”; ou “aliança interorganizacional, que possua um projeto coletivo para aumento da competitividade das empresas e que proporcione uma dinâmica específica às relações preexistentes entre elas”.

O surgimento e o desenvolvimento da “Sociedade em Rede”<sup>7</sup>, a partir da década de 1970 do século XX, resultou do rápido desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação (TIC) que se refletiu na economia, nas organizações e no mundo do trabalho. Esta nova economia é caracterizada por informacionalismo, globalização e funcionamento em rede, lógica que pode ser implementada em todos os tipos de processos e organizações, afetando todas as sociedades do mundo “em diferentes cenários e com expressões culturais/institucionais específicas”<sup>7</sup> (p. 57).

Castells salienta a importância da transformação organizacional como condição essencial para o funcionamento em redes e

descreve as transformações por que passaram as organizações, desde a produção em massa, característica do modelo fordista, à produção flexível do toyotismo e das redes de empresas, grandes e pequenas empresas descentralizadas ao redor de todo o mundo, como pontos (nós) ligados entre si através das TIC. As empresas, públicas e privadas, necessitam de flexibilidade para atuar de forma horizontal, em redes, pois “a ‘empresa horizontal’ é uma rede dinâmica estrategicamente planejada de unidades autoprogramadas e autocomandadas com base na descentralização, participação e coordenação”<sup>7</sup> (p. 223).

Ao descrever o desenvolvimento da Sociedade em Rede, Castells<sup>7</sup> nos leva a considerar que a capacidade de atuar em redes é fator fundamental para o bom desempenho de qualquer organização no contexto atual. O autor salienta que os estudos sobre como as organizações vêm se comportando neste novo paradigma são fundamentais, pois o maior obstáculo para o desenvolvimento da atuação em redes é a “rigidez das culturas corporativas tradicionais”<sup>7</sup> (p. 229).

Fritjof Capra<sup>8</sup> relata alguns dos resultados de importantes pesquisas contemporâneas no campo da biologia molecular, da engenharia genética, das neurociências e das ciências da cognição, para propor a aplicação “também no domínio social (d)a nova compreensão da vida que nasceu da teoria da complexidade” (p. 13). Afirma que “os sistemas sociais vivos são redes autogeradoras de comunicações, o que significa que uma organização humana só será um sistema vivo se for organizada em rede ou contiver redes menores dentro dos seus limites” (p. 117). Cita o exemplo do mundo empresarial e da sociedade em geral com a criação de redes de Organizações Não Governamentais (ONG), redes de comunicação nas escolas, redes de intercâmbio entre os movimentos políticos populares, redes ambientalistas, redes pelos direitos humanos, entre outras.

Para Capra<sup>8</sup>, estas redes são favorecidas pelas tecnologias da informação, porém, para que sejam consideradas redes vivas, devem ser geradoras de significados, conhecimentos, regras de conduta, criando uma identidade coletiva para seus membros, configurando “comunidades de prática”. Salienta as interações humanas que acontecem nestas diversas redes e sua importância para o sentimento de pertença a uma comunidade, “essencial para a sobrevivência das empresas no turbulento ambiente econômico de hoje em dia” (p. 120).

Bertero, por sua vez, considera que “o desempenho de uma organização não resulta apenas de suas competências e esforços, mas depende de um complexo conjunto de **relações** que só podem ser percebidas e entendidas no contexto de uma **rede**”<sup>9</sup> (grifos nossos). De fato, nos estudos sobre as organizações, a temática sobre redes vem se intensificando, como forma de entendimento das complexas relações entre atores e instituições. Dentre os estudos pioneiros sobre redes sociais, destacam-se os de Moreno através da sociometria e os do sociólogo Mark Granovetter, na década de 1970 que, por sua vez, impulsionaram outros estudos sobre redes sociais, revelando a importância de explicações



relacionais e sistêmicas no mundo acadêmico em pesquisas organizacionais, sociológicas, antropológicas, entre outras<sup>10</sup>. Para Granovetter, uma rede é um “Conjunto de nós ou atores (pessoas ou organizações) ligados por relações sociais ou laços de tipos específicos”<sup>10</sup>. Um laço ou relação entre dois atores tem força (*strength*) ou conteúdo, o qual inclui “formação, conselho ou amizade, interesses compartilhados ou pertencimentos e, tipicamente, algum nível de confiança”<sup>10</sup> (p. 12).

Martens et al.<sup>10</sup> revelam que, para a Teoria das Organizações, as análises de relacionamentos organizacionais objetivam a compreensão do comportamento das Organizações, presumindo que estas estejam imersas em redes de relações sociais que influenciam suas ações, orientam interesses e a tomada de decisões. Os autores destacam que “a ênfase nas relações entre atores é o fator distintivo mais marcante da perspectiva de redes dentro dos Estudos Organizacionais” (p. 12), pois consideram que os relacionamentos definem a identidade dos mesmos. As conexões que se formam e a estrutura dessas redes devem ser, também, analisadas, para identificar quais atores criam laços nelas. Os autores revelam, ainda, o crescimento dos estudos sobre redes e Organizações, sendo que, no Brasil, iniciam-se na década de 1990, estando ainda incipientes sobre a análise estrutural de redes sociais.

A força de uma rede está em sua densidade, isto é, no número de interações entre os que dela participam e as conexões que se formam. Confiança mútua e consenso na rede são adquiridos a partir do reconhecimento das competências entre seus membros e de valores compartilhados entre os mesmos. Quanto mais próximos os valores, maior o consenso. Alta densidade em uma rede significa grande identificação entre seus membros<sup>11</sup>.

Godbout<sup>12</sup> faz uma interessante digressão sobre as diferenças entre os conceitos de redes e de aparelhos. Os aparelhos, como os de Estado, se caracterizam pela formação de uma burocracia hierarquizada verticalmente, com papéis fixos e definidos, do tipo Weberiano, muito bem representada pelo Fordismo no século XX e estão voltados para um público. As redes, ao contrário, se caracterizam por possuírem membros, que atuam de forma horizontal e flexível e que se articulam para a realização de atividades complexas, onde a solidariedade se concretiza para a resolução de problemas.

Pelo exposto, percebe-se que para a formação de redes solidárias na área de saúde torna-se necessária uma compreensão do conceito de redes sociais e da aplicação prática desta alternativa organizacional, o que implica repensar políticas e programas sociais numa perspectiva sistêmica, integrativa, que envolvam e articulem institucionalmente setores do governo, instituições científicas e comunidades. No caso da formação de redes de Vigilância da Saúde, este conceito é estratégico e operacionaliza-se na compreensão de que o social “constitui um sistema que funciona a partir de regras próprias, as da dádiva”<sup>13</sup> (p. 109). Contempla o social e o individual, priorizando o coletivo, criando mobilizações e novas formas de solidariedade para dar conta de necessidades e problemas de saúde<sup>13,14</sup>.

Trazendo esse debate para área de Vigilância sanitária (Visa), é importante compreendermos a definição dada por Castells sobre organizações: são “sistemas específicos de meios voltados para a execução de objetivos específicos”. Já as instituições são para o autor “organizações investidas de autoridade necessária para desempenhar tarefas específicas em nome da sociedade como um todo”<sup>15</sup> (p. 209). Podemos então entender que esta definição nos ajuda a compreender a missão da Visa, enquanto sistema e enquanto instituição: a Visa é atividade exclusiva do Estado e o seu sistema, composto por várias organizações de saúde, tem a missão de controlar o risco sanitário, de forma harmônica e cooperativa entre os gestores e entre esses e a comunidade, ou seja, entre diferentes instituições<sup>15,16</sup>.

Um dos teóricos da vigilância sanitária, Lucchese<sup>17</sup> nos traz o conceito de interdependência social para o campo da Visa, ao considerar que o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS) administra externalidades negativas de produtos, serviços e ambientes que podem provocar danos, porque o risco inerente a estes produtos e serviços extrapola os limites do território onde são produzidos.

Para este autor, o SNVS deve estabelecer laços de interdependência entre suas esferas de governo para o controle destes riscos e preconiza que, na regulação do risco sanitário, a responsabilidade deve ser solidária, ou seja, conjunta ou complementar na promoção e proteção da saúde em objetos relativos a serviços, produtos, meio ambiente e ambientes de trabalho<sup>17</sup>. Considera, ademais, que o arranjo em rede é especialmente útil para aumentar a capacidade de coordenação do SNVS, ao favorecer a comunicação entre seus níveis, entre estes e o SUS e entre a sociedade organizada<sup>15</sup>.

Atuar conjuntamente implica, necessariamente, estabelecer laços de união, agir para a governança, instituir laços de cooperação. Consideramos que a atuação conjunta com outros setores da sociedade e instituições que fazem interface com os objetos da Visa possa ampliar este conceito de atuação interdependente no gerenciamento do risco, o que se configura como uma gestão em redes para os objetos, processos e serviços sob responsabilidade da Visa.

Nessa perspectiva, a ação em rede pode ser uma forma da Visa adquirir capacidade institucional para a qualificação de suas ações nos três âmbitos de governo, envolvendo outras instituições e setores da sociedade, como forma de ser responsável em suas ações e solidária em sua atuação para o controle de riscos de inúmeros objetos, garantindo o cumprimento de princípios do SUS, como universalidade, equidade e integralidade<sup>2</sup>. Assim, evidencia-se a formação de algumas redes no Sistema Nacional de Vigilância sanitária, como: a Rede de Laboratórios em Saúde (REBLAS); a Rede de Alerta e Comunicação de Riscos de Alimentos (REALI); a Rede de Medicamentos (REDE RM); a Rede Nacional de Investigação de Surtos em Serviços de Saúde (RENISS); a Rede Sentinela, dos Hospitais Sentinela. Para a comida de rua, especificamente, temos no plano internacional, a *Street Food Global Network*<sup>18</sup>, que desenvolve pesquisas sobre o segmento de comida de rua, a partir de dados de instituições que atuam sobre este segmento.



Pelo exposto, verifica-se a importância do tema e a necessidade de realização de estudos empíricos que produzam evidências acerca das vantagens e desvantagens da organização em rede no campo da saúde, bem como estudos que apontem obstáculos a serem superados no processo de organização e consolidação destas redes. Especialmente em relação à Vigilância Sanitária da comida de rua, objeto desse estudo, cabe destacar a importância socioeconômica, nutricional, cultural e sanitária que este segmento vem adquirindo no mundo, nos países da América Latina e Caribe e no Brasil, tendo sido considerada prioridade de pesquisa pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)<sup>19</sup>, embora negligenciada pelos órgãos sanitários em detrimento das demandas do setor formal regulado<sup>20,21</sup>.

O gerenciamento do risco sanitário, no caso da comida de rua, reveste-se de especial complexidade, pois há várias dimensões a serem consideradas<sup>1,22</sup>. O olhar que a Visa deve lançar a ela, portanto, diferencia-se do setor formal, pois há um forte componente social e cultural em questão. Ademais, ao se considerar que no Brasil a Visa integra o conjunto das ações e serviços do Sistema Único de Saúde, a simples fiscalização e punição de eventuais irregularidades não são suficientes para este segmento, na medida em que contraria o princípio da integralidade da atenção, que preconiza a articulação de ações promocionais, preventivas e assistenciais. Desta forma, a qualificação deste segmento deve ser a prioridade de ação da Visa, lançando mão de diferentes tecnologias de intervenção, uma delas a criação de redes solidárias como proposta operativa para o gerenciamento do risco para o segmento<sup>1,2</sup>.

A atuação da Visa, segundo este princípio, exige a realização de ações de proteção e defesa da saúde, o que implica a incorporação de uma concepção acerca do risco sanitário associado à produção e consumo de determinados bens e serviços que precede a ocorrência de um dano. Para a Visa, o risco sanitário é a possibilidade de ocorrência de danos e eventos adversos; um risco que se projeta no futuro, como algum agravo que pode, ou não, ocorrer, dependendo de fatores específicos; também podem ser inespecíficos, mas com forte determinação social e relacionados ao conhecimento humano. Trata-se de um “risco potencial”, difícil de ser calculado como uma probabilidade, que, entretanto, representa um “fio condutor” das ações de defesa e proteção da saúde<sup>23,24</sup>.

Para dar conta do risco relacionado à comida de rua, portanto, há que se promover condições inovadoras de gestão e organização das Vigilâncias Sanitárias. O risco relacionado a este segmento pode ser classificado como “intrínseco”, quando relacionado ao alimento em si, suas características físico-químicas e microbiológicas, que o tornam mais crítico ou menos crítico do ponto de vista higiênico-sanitário; ou “extrínseco”, quando relacionado às condições onde os alimentos são preparados, transportados e oferecidos ao consumo; aqui incluem-se os ambientes de trabalho dos comerciantes destas atividades e, neste caso, contempla-se o trabalhador. Nessa perspectiva, este artigo tem como **objetivos**: descrever a formação da Rede de gerenciamento da comida de rua de Salvador/BA, destacando suas possibilidades e limites, e analisar se este arranjo organizacional pode contribuir para o gerenciamento do risco sanitário de forma solidária e responsável<sup>2</sup>.

## MÉTODO

Trata-se de uma Etnopesquisa Crítica e Multirreferencial<sup>25</sup>, que adotou como estratégia o estudo de caso<sup>26</sup> da Rede de gerenciamento da comida de rua de Salvador/BA<sup>2,27</sup>. A investigação consistiu na identificação e análise da percepção que os integrantes da Rede de gerenciamento da comida de rua têm de si mesmos, enquanto atores desse processo e dos sujeitos e situações que se constituem em objeto de intervenção<sup>28</sup>.

A produção de dados consistiu na realização de onze entrevistas semiestruturadas com membros (M) da Rede de Salvador, bem como com gestores e/ou atores do sistema de Visa, processo complementado com a análise de documentos da Vigilância sanitária de Salvador (VISA/SSA) relacionados à Rede, e documentos das instituições parceiras. O objetivo das entrevistas foi recolher informações desses membros sobre a comida de rua e o seu gerenciamento em rede: como a vêem no contexto geral e em Salvador; quais os problemas relacionados ao segmento e ao seu gerenciamento; que soluções apontam; o que pensam sobre a Rede de gerenciamento da comida de rua de Salvador/Bahia; o que acham da iniciativa da Visa em propor esta perspectiva; como descrevem as possibilidades, limites e desafios para o gerenciamento do risco relacionado aos alimentos por esta rede em Salvador/BA, considerando a atuação da Prefeitura de Salvador como um todo, da Secretaria Municipal de Saúde, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e o papel do estado, como coordenador dos sistemas municipais na Bahia.

Foram utilizadas imagens da situação da comida de rua, registradas em pesquisa anterior<sup>1,2</sup>, objetivando-se a análise desta situação por parte dos entrevistados, em um processo denominado de “foto-elicitación”: técnica onde os entrevistados refletem sobre as imagens produzidas como “maneiras de estender os métodos sociológicos mais comuns de entrevistar”<sup>29</sup> (p. 81). Os arquivos fotográficos foram utilizados para provocar comentários por parte dos entrevistados sobre a situação da comida de rua e sobre o seu próprio papel como integrantes da Rede. Todas as entrevistas foram realizadas por uma das autoras da pesquisa, a maioria no próprio local onde trabalham os agentes da Rede, ou em ambiente reservado a este fim, tendo sido gravadas e posteriormente transcritas e revisadas.

Complementarmente, foram consultados documentos institucionais do arquivo da Vigilância sanitária de Salvador e de atores/instituições membros da Rede, como ofícios, atas de reuniões, relatórios internos, relatórios de pesquisa sobre a comida de rua, fotografias sobre a comida de rua de Salvador em outros momentos, comunicados internos referentes ao “caminhar” da Rede de gerenciamento durante o período de sua formação à atuação, entre outros.

Os dados obtidos das entrevistas realizadas com os atores e os dados dos arquivos consultados foram analisados segundo a técnica de análise de conteúdo<sup>30</sup>, voltada à identificação e sistematização da percepção de cada membro acerca da comida de rua e da atuação da Rede frente ao segmento. A seguir, realizou-se a comparação das percepções dos membros da Rede com as normas e





diretrizes preconizadas pelos organismos internacionais e estudos que vêm sendo feitos para a atuação da Visa no gerenciamento do risco da comida de rua, bem como as pesquisas sobre redes, analisando-se se existe ou não correspondência entre o que foi efetuado pela Rede com o preconizado na literatura revisada.

Este artigo faz parte da tese de doutoramento de uma das autoras<sup>2</sup>, cujo projeto de investigação foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Instituto de Saúde Coletiva (ISC) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) - Registro: 038-11/CEP-ISC, em 06 de outubro de 2011 -, analisado em relação ao cumprimento dos requisitos éticos necessários para a realização de pesquisa envolvendo seres humanos. Não houve conflitos de interesse para a realização desta pesquisa.

## O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA REDE DE GERENCIAMENTO DA COMIDA DE RUA EM SALVADOR, BA

A Rede de gerenciamento da comida de rua em Salvador/BA se formou a partir da apresentação dos resultados de duas pesquisas<sup>a</sup> sobre a comida de rua em Salvador, sendo que o processo de construção foi iniciado em maio de 2008, com a criação da “Comissão de gerenciamento da comida de rua de Salvador”, que posteriormente adotou a denominação de Rede de gerenciamento da comida de rua de Salvador.

A Comissão inicial foi formada por um representante da Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde de Salvador (VISA/SSA); da Diretoria de Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia (DIVISA/SESAB), do Laboratório Central de Saúde Pública Prof. Gonçalo Muniz (LACEN/SESAB), da Escola de Nutrição da Universidade Federal da Bahia (ENUFBA), da Associação das Baianas de Acarajé e Mingau de Salvador/BA (ABAM). Considerando a magnitude do problema, essa comissão passou a se reunir a partir do mês de maio de 2008 e voltou-se inicialmente à sensibilização dos atores envolvidos, direta ou indiretamente, com ações frente ao segmento.

Em 18 de novembro de 2008, esta Comissão organizou o “I Fórum sobre comida de rua e segurança alimentar de Salvador-BA”, evento que, além das instituições que formavam a comissão, contou com apoio da ANVISA, da Escola Baiana de Medicina e Saúde Pública (Fundação Bahiana para o Desenvolvimento da Ciência - FBDC) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC/BA). Foram convidados atores envolvidos direta ou indiretamente com o segmento de comida de rua de Salvador, a exemplo da Empresa de Turismo de Salvador (EMTURSA); Secretaria de Serviços Públicos de Salvador (SESP) - atual SEMOP (Secretaria de Ordem Pública); Empresa de Limpeza Urbana de Salvador (LIMPURB); Agência de Desenvolvimento Agropecuário da Bahia (ADAB), Ministério Público do Estado da Bahia, entre outros, além dos técnicos da VISA/SSA e das Vigilâncias sanitárias do estado<sup>35</sup>.

O principal objetivo deste Fórum foi promover a aproximação e o debate multidisciplinar e intersetorial sobre a temática da Segurança Alimentar e Nutricional associada ao fenômeno do crescimento do trabalho informal, com destaque para o segmento da comida de rua e sua interface com as ações de Vigilância sanitária. Esse debate ocorreu através da articulação entre a academia, gestores públicos, técnicos da Visa nas três esferas de governo, o Ministério Público Estadual e representantes do segmento da comida de rua, no caso, o Sindicato dos Feirantes e Ambulantes de Salvador (SINDIFEIRA) que, no momento, substituiu a Associação das Baianas de Acarajé e Mingau de Salvador/BA (ABAM).

As propostas elaboradas contemplam a promoção de melhorias das condições de funcionamento desse comércio, a promoção da dignidade dos trabalhadores ambulantes e a proteção da saúde da população, tendo sido consubstanciadas na “Carta de Salvador”, documento enviado a todos os participantes do Fórum e, naquele momento, disponibilizado na Intranet da SMS/SSA/BA<sup>36</sup>.

Na sequência desse evento, decidiu-se, em reunião com a subcoordenação da VISA/SSA e representantes da comissão inicial, formar uma “Comissão permanente de gerenciamento da comida de rua de Salvador”, que passou a se denominar “Rede de gerenciamento da comida de rua de Salvador”, a qual deveria ser formalizada através de publicação em Diário Oficial do Município. Sua composição incluía representantes da ENUFBA, VISA/SSA Nível Central; VISA/DSCH (Distrito Sanitário do Centro Histórico); VISAMB (Vigilância Ambiental em Saúde da SMS); DIVISA; ANVISA; LACEN; SESP/SEMOP; Sindicato dos Feirantes e Ambulantes de Salvador (SINDIFEIRA)<sup>2,27</sup>.

A partir da formação desta rede de atores e instituições para o gerenciamento do risco de alimentos comercializados pelo segmento de rua, elaborou-se uma programação operativa realizada com os membros da Rede na sua quase totalidade, que implicou no levantamento de problemas e elaboração de soluções. O documento resultante continha os objetivos, as ações, os prazos, a responsabilidade de cada ator ou grupo de atores que compõem a Rede e mecanismos de avaliação<sup>2,27,37</sup>. Contempla ações de elaboração de normas, ou códigos de práticas, para o segmento; educação popular em saúde relacionada à temática da comida de rua; qualificação do corpo técnico da VISA/SSA e de outras instituições que se relacionam com a comida de rua; ações de orientação aos consumidores, entre outras.

Dentre as atividades programadas, realizou-se um treinamento com metade dos comerciantes do Instituto Mauá (“quituteiros”) cadastrados pelo estado, curso realizado em parceria da Vigilância com os próprios técnicos identificados como tutores e com pós-graduandos da Escola de Nutrição, a custo quase zero para a Vigilância sanitária de Salvador. Paralelamente, foi realizada uma pesquisa sobre as legislações em alguns municípios do Brasil com relação ao gerenciamento da comida de rua, não concluída,

<sup>a</sup> A primeira, desenvolvida pela Escola de Nutrição da Universidade Federal da Bahia (ENUFBA), em colaboração com o Laboratório Central da Bahia (LACEN/SESAB), financiada pela ANVISA; a segunda, uma pesquisa iconográfica, desenvolvida por uma das autoras deste artigo, membro da Rede, durante o Carnaval de 2008, e que teve como objetivos descrever as condições de permanência de “ambulantes” que comercializavam alimentos durante o referido carnaval; as condições de higiene dos alimentos; e as condições dos ambientes onde estes eram comercializados, em dois circuitos carnavalescos da cidade de Salvador - o Circuito Osmar Macedo, que se estende do Campo Grande à Praça Municipal e o Circuito Dodô, que vai do Farol da Barra a Ondina<sup>31,32,33,34</sup>.



bem como elaborado um projeto de pesquisa aprovado pela Fundação de Amparo à Pesquisa da Bahia (FAPESB), em 2009, e outro projeto de pesquisa enviado ao CNPq, além da divulgação do trabalho nos SIMBRAVISA e no Congresso da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO)<sup>27,32,33</sup>.

Em 2010, foram aprovadas, pelo Conselho Municipal de Saúde de Salvador, propostas de desenvolvimento das ações da Rede frente ao segmento, as quais foram contempladas no Plano de Ação da VISA/SSA elaborado naquele ano, o que contribuiu para a formalização da indicação dos membros da Rede que atuaram no período<sup>38</sup>.

A Rede atuou até o ano de 2011, quando uma nova gestão se iniciou na Secretaria de Saúde de Salvador e na VISA municipal, a qual não considerou prioritária sua continuidade justificando o encerramento da experiência com o argumento de que a Rede era “muito acadêmica”. A percepção dos atores envolvidos no processo, durante o período em que se apostou e investiu na organização da Rede, bem como as dificuldades políticas, organizacionais e operacionais enfrentadas para sua manutenção e consolidação, foi resgatada através das entrevistas realizadas, conforme apresenta-se a seguir.

## PERCEPÇÃO DOS ATORES SOBRE A COMIDA DE RUA E SOBRE A REDE

A análise das entrevistas evidenciou uma similaridade muito grande de respostas às perguntas levantadas, revelando uma maneira de pensar os problemas e a gestão do segmento de forma complementar e abrangente no tocante à qualificação do mesmo em Salvador. Única exceção feita ao membro da SESP/SEMOP que, apesar de salientar a importância da aproximação com a VISA/SSA como ganho da Rede, revela uma forma de agir e pensar a comida de rua de Salvador ainda eminentemente fiscalizatória e policialesca, voltada para o controle de um segmento considerado “marginal”.

De forma geral, a comida de rua foi **reconhecida pela rede** como um segmento que acontece no mundo inteiro e, no Brasil, está em franco desenvolvimento: *“se você olhar pro Brasil você vê comida de rua, se você olhar o país, a gente vê comida de rua, o país todo é cheio, ele é rico [...] todos os cantos que eu vou eu olho, a gente consegue identificar!”* (M1).

Em Salvador, ela abrange um vasto contingente de pessoas na sua produção e consumo, gerando emprego e renda, além de representar um custo baixo para quem a consome. Nesse sentido, apesar de ser acessível a todos os níveis sociais, é significativa para a população menos favorecida, para a qual pode significar uma refeição principal, sendo classificada por um dos membros como o *“fast food de baixa renda”*, apresentando riscos que não são necessariamente maiores que os do setor formal.

Os entrevistados percebem que esse segmento de alimentação foi incrementado devido à necessidade dos consumidores frente ao processo de urbanização e decorrente de mudanças de hábitos alimentares. No entanto, é considerado um segmento

marginalizado/estigmatizado em Salvador, que precisa ser reconhecido pelo poder público e cuidado de forma diferenciada, por ter um componente de risco associado a questões ambientais, ao alimento em si e ao trabalhador, mas, especialmente, por estar fortemente enraizado na cultura soteropolitana<sup>2</sup>.

Além disso, revela-se que o consumo de comida nas ruas de Salvador faz parte do modo de vida baiano, que contempla atividades relacionadas ao lazer no espaço público, na rua, entendida como um espaço de convivência e confraternização entre diferentes classes sociais. Vista dessa perspectiva, ideológica, ingênua, a comercialização da comida de rua é “naturalizada” e, frequentemente, os riscos parecem ser desconsiderados. Inclusive, afigura-se aos entrevistados não ser maior que os riscos monitorados pelo laboratório em relação ao mercado formal de alimentos e bebidas.

Os principais problemas percebidos pela Rede foram semelhantes aos encontrados em estudos sobre o segmento e sua situação em Salvador<sup>34,39,40,41</sup>. Do ponto de vista do alimento, ambiente e trabalhador, relataram-se problemas relativos ao crescimento desordenado do segmento na cidade, às más condições de manipulação e conservação dos alimentos; ao ambiente urbano insalubre, equipamentos urbanos de segregação de resíduos em precárias condições e insuficientes para as demandas geradas, uma *“cultura de não manter limpo”*, e a falta de uma gestão municipal voltada para a mudança destes hábitos; trabalhadores desassistidos em relação à sua saúde e marginalizados pelo poder público<sup>1</sup>.

Quanto aos **problemas para o seu gerenciamento**, os entrevistados destacaram: o distanciamento da VISA/SSA para com a comida de rua, historicamente considerada como sendo de responsabilidade da SESP/SEMOP; a ausência de regulamentação, com a elaboração de uma legislação específica para o segmento por parte, em especial, dos órgãos reguladores nos planos federal, estadual e municipal que considere a participação de pessoas e órgãos envolvidos com o mesmo, para a promoção de um conhecimento participativo; a falta de notificação de agravos relacionados ao alimento de forma geral e, especialmente, ao alimento comercializado na rua; a incipiente organização do próprio segmento, pulverizado em diferentes associações em Salvador; a descontinuidade política e administrativa dentro da prefeitura, da SMS e da VISA/SSA.

Alguns dos entrevistados salientaram o predomínio de ações fiscalizatórias, por parte da VISA/SSA, em detrimento de um trabalho planejado, articulado com outros órgãos ao longo do ano e apontaram a ausência, no organograma da VISA/SSA, de um setor que entenda e trabalhe este segmento, bem como a escassez de propostas educativas embasadas em processos participativos e didáticos, informação de qualidade e pertinente ao setor. Além disso, apontam o incipiente processo de planejamento das ações comentando que a Visa está sempre *“refém das demandas do mercado”*. Chamaram a atenção, inclusive, para a necessidade de que as ações frente ao segmento se sirvam dos laudos laboratoriais, pois as análises de alimentos são consideradas caras. Depreende-se que há um descaso, por parte da Vigilância



sanitária, em utilizar as análises de laboratório como parâmetro para ações planejadas, tais como as ações de promoção da saúde, a exemplo das educativas, e não apenas para se ter uma espécie de “banco de dados descasado de ações”.

O gerenciamento do segmento depende, necessariamente, de uma articulação com outros órgãos, não só porque a Visa de Salvador não tem “pernas” para tamanha complexidade, mas porque a qualidade da gestão do segmento depende desta maneira de agir. Entretanto, os entrevistados consideram “difícil” atuar articuladamente, especialmente no que concerne à SMS de Salvador, por questões de qualidade da gestão pública. Comentaram, inclusive, que a elaboração de leis e normas para o segmento, por si só, é insuficiente, na medida em que o segmento tem crescido muito, portanto “*um órgão sozinho não pode gerenciá-lo satisfatoriamente*” e ainda “*falta articulação política e gerencial entre os órgãos envolvidos*”. Para a SESP/SEMOP, entretanto, o principal problema foi a falta de contingente de fiscais para exercerem as suas práticas de trabalho, chamadas de “operação”. Consideraram, inclusive, que o problema é do “ambulante, que não compreende a SESP”. A maioria dos membros da Rede, entretanto, apontou que a solução para o controle de riscos, frente ao segmento, é a articulação entre diversas instituições, ou seja, a organização em rede, para que se possa desenvolver uma atuação abrangente que inclua o cadastramento, difusão de informações aos comerciantes e consumidores, realização de pesquisas, aproximação com o segmento, análise de experiências exitosas e o fomento à organização do setor.

Outra unanimidade diz respeito às atividades educativas frente ao segmento, aos consumidores e aos órgãos envolvidos, ou que deveriam se envolver, como forma de abarcar o enorme desafio para a qualificação do segmento e diminuição dos riscos a ele relacionados. Nesse sentido, alguns entrevistados enfatizaram que as atividades educativas também deveriam ser articuladas, inclusive, com o laboratório de saúde pública, e não pontuais e dirigidas a um setor específico, como as que foram realizadas com as baianas de acarajé, “*que parecem até não pertencer ao segmento*”.

Quanto à perspectiva do gerenciamento em rede para a comida de rua, os entrevistados reconheceram que esta é a “única” forma de abarcar a sua complexidade, considerando as interfaces com os diversos setores e os problemas relacionados ao segmento: regulamentação, ordenamento, limpeza urbana, dentre outros. Comentaram que esta foi, sobretudo, uma “*forma de sensibilizar setores dispersos que deveriam se ocupar do segmento*”; uma “*forma associativa que valoriza o segmento e expõe as diferentes formas de pensá-lo*”. Resgatando o processo de criação da Rede, os entrevistados comentaram que ela “*nasceu do interesse entre pessoas que pensam o segmento*”, “*nasceu porque houve um apoio político e administrativo à época de sua formação*”, tornou-se uma “*iniciativa plausível*”; tinha uma “*dinâmica própria*” começando de forma muito intensa, com reuniões semanais/quinzenais/mensais, mas foi enfraquecendo, pelos limites inerentes a ela dentro do contexto da gestão pública de Salvador. Apontam que a Rede constitui-se em uma “*forma de promover a integração para a resolução dos problemas complexos da comida de rua em suas várias dimensões*”; um “*grande*

*desafio, pelo envolvimento de várias pessoas e instituições*”. Para a SESP/SEMOP foi positivo, pois aproximou os dois órgãos.

Quanto ao fato da Visa de Salvador ter tomado a iniciativa, consideraram pioneira, especialmente pelos produtos iniciais, como a Carta de Salvador. Um dos entrevistados, inclusive, comentou que esta iniciativa colocou a VISA/SSA como cumpridora da sua função maior, que é o gerenciamento do risco sanitário de forma solidária e humana, considerando aspectos abrangentes, como as questões sociais, podendo servir de piloto em determinadas áreas da Visa.

Acerca das dificuldades enfrentadas para a consolidação da Rede, vários entrevistados apontaram as limitações políticas e os desafios organizativos decorrentes da complexidade de articulação de uma multiplicidade de atores. Apesar disso, apareceram em várias entrevistas o desejo e a expectativa de que o trabalho em rede possa ser retomado, e inclusive ampliado. Nessa perspectiva, sistematizamos a seguir a identificação dos limites e possibilidades de retomada do processo de organização da Rede com base nas observações e propostas apresentadas pelos entrevistados.

### LIMITES E POSSIBILIDADES DE RETOMADA DO TRABALHO EM REDE NO GERENCIAMENTO DA COMIDA DE RUA DE SALVADOR

O fato da proposta de criação da Rede ser algo novo foi considerado limitante, pois, segundo alguns entrevistados, “*não foi dada a devida importância*” a uma alternativa nova. Consideram que esta dificuldade permeou todo o processo, porém, com as mudanças ocorridas no cenário político da Prefeitura de Salvador e da Secretaria de Saúde, evidenciou-se a falta de vontade política e a pouca permeabilidade da SMS e da VISA/SSA à introdução de tecnologias de gestão inovadoras.

Do ponto de vista técnico, alguns entrevistados chamaram a atenção para que a falta/incipiente notificação de agravos relacionados ao consumo de alimentos de rua pode ter contribuído para o desinteresse político e também apontam que um dos limites foi a dificuldade de operacionalização da programação operativa, em função dos “*protocolos burocráticos da PMS/SMS*”, que “*obliteram*” a execução das ações propostas, como, por exemplo, as atividades de treinamento dos trabalhadores da Vigilância e da SESP/SEMOP e as ações educativas sobre Boas Práticas de Manipulação, previstas para serem realizadas com os comerciantes de comida de rua, que não aconteceram.

Do ponto de vista da articulação interinstitucional, enfatizaram as dificuldades inerentes ao processo de gestão conjunta entre SESP/SEMOP e VISA/SSA, destacando o distanciamento da forma de pensar e agir da primeira com relação à segunda. Este fato foi evidenciado, segundo os entrevistados, diante da dificuldade da SESP/SEMOP encarar o segmento de comida de rua, em geral, como um objeto de intervenção priorizado, como é o caso da comercialização do acarajé. As baianas foram contempladas com ações educativas e elaboração de legislação específica, “*em conformidade com elas*”, em detrimento da grande maioria dos chamados ambulantes.





Ainda no que diz respeito à gestão, chamaram a atenção para a fragilidade institucional da Vigilância sanitária municipal, apontando que este órgão “*não tem autonomia administrativa e financeira*”, e ocupa-se fundamentalmente do atendimento às demandas oriundas do setor regulado, que detém um grande poder econômico. Também aparece a menção ao fato da própria Secretaria de Saúde não reconhecer a Visa como ação de promoção da saúde e prevenção de riscos, entendendo-a “*como apenas fiscalizatória*”, o que se conjuga com a “*não realização de um marketing social para a Visa, que dê visibilidade a suas ações*”. Além disso, destacaram a omissão da ANVISA, que, apesar de ter financiado a pesquisa que deu origem à proposta de organização da Rede, ter patrocinado o Fórum e ter recebido a Carta de Salvador, não deu continuidade ao processo. Alguns entrevistados apontaram que isso ocorreu por conta de mudanças na gestão da Gerência Geral de Alimentos (GGALI), que não incorporou a proposta e faz, hoje, um trabalho “*desligado da proposta da Rede*”. Desse modo, a proposta não contou com o apoio dos órgãos da esfera municipal, perdeu o apoio inicial da ANVISA e não logrou apoio estadual, fato que também é mencionado por um dos entrevistados.

Além dos limites, os entrevistados apontaram **possibilidades** para a retomada do processo de organização da Rede, quais sejam: a) a “*priorização e inserção da problemática da comida de rua na agenda política da prefeitura*”; b) a elaboração de uma política pública para o segmento e a construção de uma legislação coerente com uma diretriz geral definida pelo Sistema Nacional de Visa, harmonizada em Salvador, enfatizando que “*esse processo deve ser participativo*”, envolvendo as entidades representativas do segmento, a VISA/SSA e SESP/SEMOP, e submetido à consulta pública; c) a qualificação da gestão da Vigilância sanitária em Salvador, considerando que “*os gestores devem ter formação/conhecimento em Saúde Pública*”; d) a ampliação e qualificação do quadro técnico de forma geral; e) a incorporação de um planejamento participativo, baseado em problemas; f) a inserção de um setor responsável pelo segmento informal de alimentos no organograma da Visa municipal; g) o desenvolvimento de ações de marketing social visando à sensibilização da população para a importância da qualificação do segmento.

Especificamente com relação à Rede, identificaram a necessidade de sua reestruturação e ampliação, formalização e institucionalização. Nesse sentido, alguns entrevistados sugerem o estabelecimento de parcerias com o SEBRAE, ONG e fornecedores. Finalmente, destacam como **desafio** a qualificação dos gestores e técnicos, de modo que venham a se apropriar de conhecimentos acerca da dinâmica do trabalho em rede, o que implica, no plano político, na sensibilização desses atores; no plano técnico, na “*mudança de paradigma*”, através da incorporação do conceito de risco, de modo a se “*ampliar a visão dos trabalhadores da Visa e da SESP*” para além das ações de fiscalização, bem como a articulação com a Vigilância em Saúde do Trabalhador, para o desenvolvimento de um trabalho conjunto.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo trouxe para a área de Visa algumas abordagens teórico-metodológicas do estudo de redes organizacionais, ao descrever e analisar a formação de uma rede criada para o controle de riscos relacionados ao segmento da comida de rua, um dos objetos ainda hoje pouco contemplados pelo SNVS, apesar da elaboração da RDC nº 49/2013 ANVISA, a resolução que deseja a “*inclusão produtiva com segurança sanitária*”<sup>b</sup>.

De fato, a comida de rua pode ser considerada uma parte importante das cidades e das economias urbanas por todo o mundo, oferecendo aos consumidores opções de alimentação convenientes e baratas. A Vigilância sanitária, portanto, precisa se apropriar deste segmento, pois não pode atender só ao setor denominado “*formal*”, porque o comércio de alimentos nas ruas é a principal fonte de renda dessa população, normalmente desempregada e excluída do sistema de produção.

Do ponto de vista de legislações que fundamentem o trabalho em rede, o estado da Bahia conta com a CIB/BA nº 249/14<sup>43</sup>, que preconiza exatamente a organização do Sistema de Vigilância da Saúde em rede, solidariamente com os municípios. Pode-se considerá-la um primeiro passo no sentido de se trabalhar com esta alternativa para as Visas nos municípios baianos, não só para a comida de rua, mas para todos os objetos da Visa, mesmo considerando as dificuldades apontadas nesse trabalho.

A área estudada dá margem a muitas pesquisas sobre o segmento, numa perspectiva de interdisciplinaridade. Sugerem-se estudos nesta temática como: os impactos econômicos do segmento na economia de forma geral; a percepção dos consumidores acerca da comida de rua em suas diferentes dimensões; as experiências exitosas em municípios, em especial no interior da Bahia; se existe, qual é a regulamentação prevista para esse segmento em outros municípios; os possíveis agravos causados pela atividade em trabalhadores do segmento, considerando-se a Política Nacional da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora<sup>44</sup>; estudos microbiológicos comparativos entre alimentos comercializados pelo setor formal e o informal; as formas de associação do segmento, em especial em Salvador, onde se evidenciaram várias associações dispersas; pesquisas do tipo intervenção na área de Economia Solidária frente ao segmento, como a realizada por França Filho e Cunha<sup>45</sup>, em um município do estado da Bahia para o empoderamento de população local.

Finalmente, cabe destacar que as limitações deste estudo decorrem da própria metodologia adotada, um estudo de caso, da comida de rua de Salvador e de sua gestão municipal, considerando a Visa. Entretanto, o tema abre perspectivas para novos estudos que examinem com mais acuidade, por exemplo, a gestão, a geração de trabalho e renda, a capacitação desses trabalhadores, as ações do governo e da

<sup>b</sup> De fato a RDC nº 49/2013 ANVISA pode ser considerada um avanço na regulação sanitária ao trazer para a Visa o interesse em contemplar segmentos para além do “grande setor formal e suas demandas”, mas não contempla a enorme complexidade da informalidade no Brasil, na medida em que é dirigida aos empreendimentos formalizados, ou aos que têm capacidade de formalização e até então não eram contemplados pelas Vigilâncias sanitárias do Brasil, a exemplo do Microempreendedor Individual, os empreendimentos de Economia Solidária e o empreendimento familiar rural. Além disso, essa resolução não define qual a tecnologia de gestão que as Visas devem utilizar para sua implementação. Tampouco dá conta das enormes fragilidades do Sistema de Visa no Brasil, que a ANVISA deveria coordenar e cujo processo de descentralização não contemplou avanços.



própria Universidade e não apenas a qualidade de produtos ofertados à população, de modo que os trabalhos sejam compartilhados e os resultados alcancem o patamar de eficiência

e efetividade. E o estudo - de caso - de outras redes que, esperamos, se formem para dar conta da enorme complexidade da comida de rua no Brasil.

## REFERÊNCIAS

1. Leal COBS. Comida de rua: um estudo crítico e multirreferencial em Salvador, BA, Brasil. *Vig Sanit Debate*. 2014;2(4):12-22. doi:10.3395/vd.v2i4.410
2. Leal COBS. A construção de redes solidárias em vigilância sanitária: fundamentos teóricos e alternativas organizacionais [tese]. Salvador: Universidade Federal da Bahia; 2013.
3. Acioli S. Redes sociais e teoria social: revendo os fundamentos do conceito. *Inf Inf*. 2007 [acesso em 8 jul 2013];12(1esp). Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1784>
4. Oliveira EXG, Sá Carvalho M, Travassos C. Territórios do Sistema Único de Saúde: mapeamento das redes de atenção hospitalar. *Cad Saúde Pública*. 2004;20(2):386-402.
5. Wasserman S, Faust K. *Social network analysis: methods and applications* Cambridge: Cambridge University Press; 1994.
6. Souza CM. Perspectivas teóricas para o estudo das Redes de Cooperação Interempresariais. In: Teixeira F, organizador. *Gestão de redes de cooperação interempresariais: em busca de novos espaços para o aprendizado e a inovação*. Salvador: Casa da Qualidade; 2005. p. 41-57.
7. Castells M. *A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra; 1999. Vol. 1.
8. Capra F. *As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável*. São Paulo: Cultrix; 2005.
9. Bertero CO. Editorial. *Rev Adm Empres*. 2006;46(3):5. doi:10.1590/S0034-75902006000300001
10. Martes ACB, Bulgacov S, Nascimento MR, Gonçalves AS, Augusto PM. Fórum: redes sociais e interorganizacionais. *Rev Adm Empres*. 2006;46(3):10-15. doi:10.1590/S0034-75902006000300002
11. Kimura H, Teixeira ML, Godoy AS. Redes sociais, valores e competências: simulação de conexões. *Rev Adm Empres*. 2006;46(3):42-71. doi:10.1590/S0034-75902006000300005
12. Godbout JT. Digressão sobre as redes e os aparelhos. In: Martins PH, Fontes B, organizadores. *Redes sociais e saúde: novas possibilidades teóricas*. 2a ed. Recife: Editora Universitária da UFPE; 2008. p. 77-90.
13. Martins PH, Fontes B. Construindo o conceito de redes de vigilância em saúde. In: Martins PH, Fontes B, organizadores. *Redes sociais e saúde: novas possibilidades teóricas*. 2a ed. Recife: Editora Universitária da UFPE; 2008. p. 103-20.
14. Martins PH, Fontes B, organizadores. *Redes sociais e saúde: novas possibilidades teóricas*. 2a ed. Recife: Editora Universitária da UFPE; 2008.
15. Lucchese G. O desafio de conceber e estruturar o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária: texto didático. [S.n.t.]; 2006.
16. Brasil. Lei nº 8.080, de 19 de Setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. *Diário Oficial União*. 19 set 1990.
17. Lucchese G. *Globalização e regulação sanitária: os rumos da vigilância sanitária no Brasil* [tese]. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz; 2001.
18. Street Food Global Network [homepage]. Milan: Street Food SQUARE Association; 2013 [acesso em: 15 maio 2013]. Disponível em: <http://www.streetfoodglobalnetwork.net/>
19. Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA. *Agenda Nacional de prioridades de pesquisa em vigilância sanitária*. Brasília: Núcleo de Educação, Pesquisa e Conhecimento - NEPEC; 2011.
20. Piovesan MF, Padrão MVV, Dumont UM, Gondim GM, Flores O, Pedrosa JI et al. Vigilância sanitária: uma proposta de análise dos contextos locais. *Rev Bras Epidemiol*. 2005;8(1):83-95. doi:10.1590/S1415-790X2005000100010
21. Costa EA. *Vigilância sanitária: proteção e defesa da saúde*. São Paulo: Hucitec; 2004.
22. Morin E. *Introdução ao pensamento complexo*. 3a ed. Porto Alegre: Sulina; 2007.
23. Fortes PAC. Vigilância sanitária, ética e construção da cidadania. In: De Seta, MH, Lima, SML, organizadores. *Gestão e vigilância sanitária: modos atuais de pensar e fazer*. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2006. p. 61-9.
24. Leite HJD, Navarro MVT. Risco potencial: um conceito de risco operativo para vigilância sanitária. In: Costa EA, organizadora. *Vigilância sanitária: temas para debate*. Salvador: EDUFBA; 2009. p. 61-82.
25. Macedo RS. *A etnopesquisa crítica e multirreferencial, nas ciências humanas e na educação*. 2a ed. Salvador: EDUFBA; 2004.
26. Yin RK. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 3a ed. Porto Alegre: Bookman; 2005.
27. Leal COBS, Cardoso R, Lyra E, Silva EO. Rede de gerenciamento da comida de rua de Salvador/BA: uma experiência para o controle de riscos. In: *Anais do V Simpósio Brasileiro de Vigilância Sanitária (SIMBRAVISA)*, 2010, Belém, PA.
28. Rovere M. *Redes nômades: algumas reflexiones desde una práctica de intervención institucional*. *Olho Mágico*. 2003;10(3):57-66.
29. Banks M. *Dados visuais para pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Artmed; 2009. (Coleção pesquisa qualitativa).



30. Bardin L. Análise de conteúdo. São Paulo: Loyola; 2010.
31. Salvador. Secretaria Municipal de Saúde. Distrito Sanitário do Centro Histórico. I Relatório da Comissão de Gerenciamento da comida de rua de Salvador. Salvador: Secretaria Municipal de Saúde; 2010.
32. Leal COBS. Comida de rua no carnaval de Salvador - BA: dois momentos de uma mesma questão. In: Anais do 4. Simpósio Brasileiro de Vigilância Sanitária - Simbravisa, 23-26 nov 2008, Fortaleza, CE. Rio de Janeiro: Abrasco; 2008. paginação.
33. Leal COBS. Comida de rua no carnaval de Salvador - BA: dois momentos de uma mesma questão. In: Anais do 9. Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva, 31 out-4 nov 2009, Recife, PB. Rio de Janeiro: Abrasco; 2009. paginação.
34. Cardoso RCV, Guimarães AG, Leite CC, Mascarenha JC, Amaral MTR. Diagnóstico das condições sociais, econômicas e sanitárias do segmento de comida de rua em Salvador-BA: relatório de pesquisa. Salvador: UFBA; 2007.
35. Salvador. Prefeitura Municipal. I Fórum sobre Comida de Rua e Segurança Alimentar de Salvador-BA: Folder. Salvador: Prefeitura Municipal, 2008a.
36. Salvador. Prefeitura Municipal. I Fórum sobre Comida de Rua e Segurança Alimentar de Salvador-BA: Carta de Salvador. Salvador: Prefeitura Municipal, 2008b.
37. Salvador. Secretaria Municipal de Saúde. Programação operativa para a comida de rua. Salvador: Secretaria Municipal de Saúde, 2009. (Arquivos da Vigilância Sanitária).
38. Salvador. Secretaria Municipal de Saúde. Plano de ação da Vigilância sanitária e Ambiental em Saúde: exercício 2010. Salvador: Secretaria Municipal de Saúde, 2010. (Arquivos da Vigilância Sanitária).
39. Silva S. A comida de rua na orla de Salvador - BA: um estudo na perspectiva socioeconômica e da segurança de alimentos [dissertação]. Salvador: Universidade Federal da Bahia; 2012.
40. Santos KB. O comércio da comida de rua no carnaval de Salvador-BA: desvendando as dimensões social, econômica, alimentar e sanitária [dissertação]. Salvador: Universidade Federal da Bahia; 2011.
41. Vidal Júnior PO. Comida de rua e segurança de alimentos na orla marítima de Salvador-BA: um estudo na perspectiva do trabalho infantil [dissertação]. Salvador: Universidade Federal da Bahia; 2011.
42. Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA. Resolução da Diretoria Colegiada RDC nº 49, de 31 de outubro de 2013. Dispõe sobre a regularização para o exercício de atividade de interesse sanitário do microempreendedor individual, do empreendimento familiar rural e do empreendimento econômico solidário e dá outras providências. Diário Oficial União. 1 nov 2013.
43. Secretaria da Saúde (BA). Resolução nº 084, de 9 de junho de 2011. Comissão Intergestora Bipartite. Aprova o regulamento técnico. Diário Oficial Estado Bahia. 10 jun 2011;(19.205):53.
44. Ministério da Saúde (BR). Portaria nº 1.823, de 23 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Diário Oficial União. 24 ago 2012.
45. França-Filho G, Cunha EV. Incubação de redes locais de economia solidária: lições e aprendizados a partir da experiência do Projeto Eco-Luzia e da metodologia da ITES/UFBA. Organ Soc. 2009;16(51):725-47. doi:10.1590/S1984-92302009000400007



Esta publicação está sob a licença Creative Commons Atribuição 3.0 não Adaptada.  
Para ver uma cópia desta licença, visite [http://creativecommons.org/licenses/by/3.0/deed.pt\\_BR](http://creativecommons.org/licenses/by/3.0/deed.pt_BR).